

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.466.034 - RN (2014/0163977-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**RECORRENTE** : HEMETÉRIO FERNANDES GURGEL  
**RECORRENTE** : MARIA DOS PRAZERES DE NASCIMENTO GURGEL  
**ADVOGADOS** : ARMINDO AUGUSTO ALBUQUERQUE NETO E OUTRO(S) - RN001927  
ANA CECÍLIA LOPES DE MEDEIROS ALBUQUERQUE - RN010986  
**RECORRIDO** : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL  
**ADVOGADO** : MARIA DOS PRAZERES DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - PE010447

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial fundado no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, interposto por HEMETÉRIO FERNANDES GURGEL contra v. acórdão do eg. Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado:

*"DIREITO CIVIL E FINANCEIRO. EMBARGOS À EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. CONTRATO DE MÚTUO. INADIMPLEMENTO. VENCIMENTO ANTECIPADO. CARACTERIZAÇÃO. JUROS. CAPITALIZAÇÃO. SEGURO DE CRÉDITO. PREVISÃO LEGAL E ,CONTRATUAL. INEXISTÊNCIA DE ABUSIVIDADE. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. INACUMULATIVIDADE COM JUROS REMUNERATÓRIOS E CORREÇÃO MONETÁRIA.*

*1: A execução para cobrança de crédito fundar-se-á sempre em título de obrigação certa, líquida e exigível.*

*2. Na execução fundada em título executivo extrajudicial os embargos poderão versar sobre qualquer matéria que lhe seria lícito deduzir como defesa em processo de conhecimento, além das específicas de nulidade da execução, por ,não ser executivo o título apresentado; penhora incorreta ou avaliação errônea; excesso de execução ou cumulação indevida de execuções, e retenção de benfeitorias necessárias ou úteis, nos casos de título para entrega de coisa certa.*

*3. O "inadimplemento da obrigação, positiva e líquida, no seu termo, constitui de pleno direito em ,mora o devedor" (Código Civil, art. 397), independentemente de notificação, configurando hipótese de vencimento antecipado do débito.*

*4. Não se apresenta exorbitante nem abusiva a contratação de juros no patamar de três vírgula dois por cento ao mês, tendo em conta especialmente as taxas praticadas pelo mercado.*

*5. Admissível a capitalização de juros nas operações realizadas pelas instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional por*

*força da Medida Provisória n.º 2.170-36/01, quando prevista no contrato e firmada a avença partir de março de 2000, data da publicação da aludida MP.*

*6. Também não se considera desproporcional ou abusiva o seguro de crédito ajustado livremente pelas partes, especialmente quando não há qualquer causa de pedir que aponte ilegalidade referente à referida cobertura. A existência da cobrança, por só, não importa ilícito ou abuso.*

*7 A comissão de permanência e a correção monetária são inacumuláveis (Súmula STJ n.º 30), devendo ser aplicada por dia de atraso, sem cumulação com juros remuneratórios ou taxa de rentabilidade e correção monetária, e ressalvados os juros moratórios. Apelação improvida.*

Embargos de declaração rejeitados.

Nas razões do recurso especial, a parte recorrente aponta violação aos arts. 475-A, § 1º, 301 do CPC/73, 5º da Medida Provisória n. 1.963-17/2000, 3º, § 2º, 47, 51, IV, do Código de Defesa do Consumidor, sustentando, em síntese, (a) inépcia da petição inicial executiva, pois não houve demonstração de quais elementos compuseram a dívida, nem de como esta evoluiu, (b) a demanda de cobrança deveria ter sido veiculada em ação de rito comum, haja vista que a nota promissória juntada aos autos não encerrou obrigação líquida e nem representou o crédito exequendo, (c) ante a não constituição em mora do devedor, restou ausente o interesse de agir da demanda, (d) abusividade da taxa de juros praticada, (e) a denegação da prova pericial implicou cerceamento de defesa do recorrente, (f) a mora do devedor não foi caracterizada, dada a cobrança abusiva de encargos da normalidade contratual, (g) capitalização indevida de juros e (h) indevida cumulação da comissão de permanência com juros moratórios.

Contrarrazões apresentadas às fls. 225/231.

É o relatório.

O Tribunal de origem não debateu as teses sobre *inépcia da petição inicial* e *ausência das condições da ação*, e nem sequer foram opostos embargos de declaração visando a provocação dos temas. Assim, com base nos enunciados 282 e 356/STF, não conheço do apelo excepcional, nessa parte.

O Tribunal de origem entendeu válido o julgamento antecipado da lide, uma vez que a convicção do julgador pôde ser formada com base exclusivamente nas provas

documentais, motivo pelo qual era desnecessário deferir a produção de prova pericial, conforme requerido pelo recorrente. Eis trecho do aresto:

*"Presentes as condições da ação e os pressupostos de existência e validade da relação jurídica processual, é tratando a lide de matéria eminentemente de direito, constando dos autos elementos probatórios suficientes para o convencimento do magistrado, sendo desnecessária a produção de novas provas, impõe-se o julgamento antecipado da lide, nos termos do art. 330, inciso I, do Código de Processo Civil." (fl. 167)*

Consoante entendimento do STJ, não configura cerceamento de defesa o indeferimento de provas consideradas irrelevantes para o julgamento da lide, segundo juízo fundamentado do magistrado.

Nesse sentido:

*"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. CONTRATO DE COMERCIALIZAÇÃO DE APARELHOS E SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL. RESILIÇÃO UNILATERAL E IMOTIVADA DO CONTRATO ANTES DO TERMO FINAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535, II, DO CPC/73. NÃO OCORRÊNCIA. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. CERCEAMENTO DE DEFESA. INEXISTÊNCIA. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.*

*1. A Corte de origem dirimiu a matéria submetida à sua apreciação, manifestando-se expressamente acerca dos temas necessários à integral solução da lide. Dessa forma, não havendo omissão, contradição ou obscuridade no aresto recorrido, não se verifica a ofensa ao artigo 535 do CPC/73.*

*2. Não configura cerceamento de defesa o julgamento antecipado da lide quando o juiz da causa entender adequadamente instruído o feito, declarando a prescindibilidade de dilação probatória, por se tratar de matéria eminentemente de direito ou de fato já provado documentalmente. No caso, a verificação da necessidade da produção de prova pericial, faculdade adstrita ao magistrado, demandaria o revolvimento de matéria fática, inviável em recurso especial (Súmula 7/STJ).*

*3. Agravo interno a que se nega provimento.*

*(AgInt no AREsp 625.454/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 24/09/2019, DJe 21/10/2019)"*

Na espécie, tratando-se de ação revisional, cujos principais elementos puderam ser extraídos diretamente do instrumento contratual e de seus anexos, o

indeferimento da prova pericial não caracterizou qualquer limitação ao direito de defesa do recorrente.

A Corte de origem julgou improcedente o pedido de revisão da taxa de juros, pois esta teria sido contratada em patamar compatível com a média de mercado:

*"A taxa juros contratada no percentual de 3,2% (três vírgula dois) mensais não viola qualquer dispositivo legal; mesmo considerando a taxa efetiva anual de 45,93% (quarenta e cinco vírgula noventa e três por cento). O encargo em questão, conquanto relativamente elevado, está compatível com as taxas de mercado. Ou seja, a taxa média para empréstimos está na casa de 5,42% (cinco vírgula quarenta e dois por cento) ao mês, o que afasta a alegação de juros exorbitantes. Mesmo que assim não fosse, a variação na taxa de juros em poucos pontos percentuais, desde que não de forma exorbitante, não importaria abusividade." (fl. 170)*

A conclusão, portanto, está em conformidade com a jurisprudência do STJ, segundo a qual a taxa de juros remuneratórios é abusiva apenas quando manifestamente discrepante da taxa média de mercado. Nesse sentido:

***"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REVISÃO CONTRATUAL. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. JUROS REMUNERATÓRIOS. NÃO EXCESSIVOS. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS. PREVISÃO CONTRATUAL. MORA CARACTERIZADA. AGRAVO INTERNO PROVIDO PARA RECONSIDERAR A DECISÃO AGRAVADA E, EM NOVO EXAME, CONHECER DO AGRAVO PARA NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.***

*1. A circunstância de a taxa de juros remuneratórios praticada pela instituição financeira exceder a taxa média do mercado não induz, por si só, à conclusão de cobrança abusiva, consistindo a referida taxa em um referencial a ser considerado, e não em um limite que deva ser necessariamente observado pelas instituições financeiras.*

*Precedentes.*

*2. Na hipótese, a taxa de juros remuneratórios pactuada em 23,37% ao ano não se revela excessiva, tendo em vista a comparação com a média de mercado apurada pelo Banco Central nas operações da espécie, para o período da contratação, de 23,14% ao ano.*

*3. A jurisprudência desta eg. Corte Superior consolidou entendimento no sentido da possibilidade de cobrança de juros capitalizados em periodicidade inferior à anual nos contratos bancários celebrados a partir da edição da Medida Provisória nº*

1.963-17/2000, reeditada sob o nº 2.170-36/2001, qual seja, 31/3/2000, desde que expressamente pactuada, como ocorre no presente caso.

4. Agravo interno provido para reconsiderar a decisão agravada, e, em novo exame, conhecer do agravo para negar provimento ao recurso especial.

(AgInt no AREsp 1308486/RS, **Rel. Ministro RAUL ARAÚJO**, QUARTA TURMA, julgado em 08/10/2019, DJe 21/10/2019)"

Acerca da capitalização de juros, cabe anotar o entendimento do TRF da 5ª Região autorizando essa modalidade de cobrança, dada a sua expressa pactuação:

*"No que diz respeito à forma de incidência, inclusive da Tabela Price, há efetiva capitalização mensal de juros, mas não ilegalidade. Com efeito, além de seguir a previsão contratual, a Medida Provisória n.º 1.963-17, de 31 de março de 2000, reeditada como MP n.º 2.170-36 (editada anteriormente à EC n.º 32), autorizou a capitalização nas operações realizadas pelas instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, desde que houvesse previsão contratual. Assim, conquanto entenda contra respeitáveis posições em contrário - que a aplicação da Tabela Price implica capitalização, não há ilegalidade em tal conduta, pelo fundamento exposto." (fl. 170)*

O STJ já firmou posicionamento, no julgamento de recurso representativo de controvérsia, pela possibilidade da cobrança da capitalização de juros em periodicidade inferior a um ano, se existente previsão contratual e se o ajuste suceder a edição da MP 2.170-36/2001, então sob o nº 1963-17 (REsp 973.827/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Rel. p/ Acórdão Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 08/08/2012, DJe 24/09/2012).

Não há, portanto, necessidade de reparo no aresto de 2º grau.

Acerca da constituição em mora, o TRF da 5ª Região acertadamente decidiu que, cuidando-se de obrigação líquida com vencimento em data certa, a constituição da mora se dá *ex re*, dispensando qualquer notificação ao devedor. Nesse sentido:

**"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO AGRAVO. INSURGÊNCIA DOS RÉUS.**

(...)

2. A *prévia interpelação judicial para constituição em mora* é

*necessária quando se trata de mora "ex persona", isto é, quando não há termo previamente acordado para o cumprimento da obrigação. Em contrapartida, nos casos em que há obrigação positiva, líquida e com termo certo estipulado na avença, tem-se a mora "ex re", que independe de prévia interpelação. Precedentes.*

(...)

5. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1190092/SC, **Rel. Ministro MARCO BUZZI**, QUARTA TURMA, julgado em 24/06/2019, DJe 28/06/2019)"

Ademais, como não houve a identificação de abuso na cobrança dos encargos de normalidade contratual, resta inviável acolher o pedido do recorrente para o afastamento da mora (v. AgInt nos EDcl nos EDcl no AgInt no AREsp 1396001/TO, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 30/09/2019, DJe 07/10/2019).

Por fim, a Corte de 2ª instância autorizou a cobrança de comissão de permanência cumulada com juros moratórios, no período de inadimplência contratual. Eis o destaque da decisão colegiada:

*"A partir do julgamento do REsp. n.º 271.214/RS, portanto, o STJ consolidou o entendimento de que, durante o prazo de vigência do contrato, devem ser respeitados os juros remuneratórios na taxa nele pactuada e a correção monetária, e após, incide somente a comissão de permanência e os encargos da mora.*

*No caso em apreço verifica-se que embargada, por forçada cláusula 17.2 e conforme demonstrativo de fls. 71, aplicou sobre as prestações de n.º 27 e 28 a comissão de permanência mais a taxa de rentabilidade, quando deveria aplicar apenas os encargos substitutivos (comissão de permanência e encargos da mora), excluía a taxa de rentabilidade. Assim sendo, assiste razão aos embargantes quanto exclusão dos juros contratados, incidentes sobre as prestações não pagas de n.º 27 e 28, devendo sobre elas incidir apenas a comissão de permanência e os encargos da mora.*

*Quanto aos demais critérios da conta, aplicação da comissão de permanência e juros de mora, no período de 4 de janeiro de 2007 a 23 de julho de 2007, como se observa à fl. 48 dos autos principais, após o inadimplemento, devem ser mantidos, bem como a evolução do contratual de fls. 69/72 atende ao que previsto no contrato de mútuo." (fl. 173)*

Essa posição, no entanto, contraria sólida jurisprudência do STJ, resumida no

# *Superior Tribunal de Justiça*

Enunciado de Súmula n. 472 ("[a] cobrança de comissão de permanência - cujo valor não pode ultrapassar a soma dos encargos remuneratórios e moratórios previstos no contrato - exclui a exigibilidade dos juros remuneratórios, moratórios e da multa contratual.").

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, c, do RISTJ, dou parcial provimento ao recurso especial para reformar o acórdão recorrido e afastar a cobrança de juros moratórios no período de inadimplência contratual, uma vez já incidente a comissão de permanência sobre o valor do débito.

Publique-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO  
Relator